

V HOMENAGEM

MARIA DO ESPÍRITO SANTO SILVA

Pela Valorização das Defensoras de Direitos Humanos

Em novembro desse ano a Justiça Global completa 20 anos de existência. Ao olharmos para nossa trajetória verificamos que o compromisso com a proteção e visibilização de lutas de defensoras e defensores de direitos humanos está presente desde nossa fundação. Foi nesse sentido que nos dedicamos a colaborar com a adoção de uma política pública de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos e participamos da constituição e fortalecimento do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.

Nessa caminhada, identificamos um número significativo de defensoras e defensores que são atacadas/os, ameaçadas/os, assassinadas/os, criminalizadas/os ou que estão vulnerabilizados em razão das lutas que travam.

Constatamos também que a violência que as defensoras de direitos humanos estão submetidas tem contornos específicos, muitas vezes invisibilizados em um contexto geral de violência. Em diversos casos os ataques estão diretamente relacionados ao fato de serem mulheres. Ataques morais, silenciamentos, violência sexual, deslegitimação de seu papel político, inferiorização, não reconhecimento de direitos, como os sexuais e reprodutivos, identidade de gênero e orientação sexual são apenas alguns exemplos das violações sofridas quando se é uma defensora de direitos humanos. Nesse sentido, é fundamental construir iniciativas que fortaleçam a luta das nossas defensoras. Pensando nisso, instituímos em 2014 uma homenagem anual às defensoras, a Homenagem Maria do Espírito Santo Silva – Pela Valorização das Defensoras de Direitos Humanos. Maria do Espírito Santo foi assassinada em 2011 junto com seu companheiro José Claudio Ribeiro da Silva, em Nova Ipixuna, Pará, por denunciar ações ilegais de madeireiros e carvoeiros na região.

Nessa quinta edição, serão homenageadas Ana Lúcia de Oliveira e Laura Ramos de Azevedo, mães de vítimas da violência institucional e integrantes da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, no Rio de Janeiro; Ayala Ferreira, militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Pará; Cacica Cátia Tupinambá, líder da Terra Indígena Tupinambá de Belmonte, no sul da Bahia; Deborah Sabará, Presidenta do Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade (Gold), no Espírito Santo; Maria Tereza dos Santos, defensora de direitos humanos das pessoas privadas de liberdade em Minas Gerais, Rosângela Rocha, ativista do Movimento 11 de Dezembro em Santo Antônio de Jesus, Bahia.

As homenageadas são defensoras de direitos humanos que atuam na luta pela terra, território e meio ambiente, pela liberdade, por justiça e reparação, contra a violência institucional, a tortura, o racismo, o patriarcado, o machismo, a LGBTfobia. São mulheres que estão na linha de frente, são referências da proteção dos direitos humanos.

 justiça global | 20 anos

 /justicaglobal
 @justicaglobal
 @justicaglobal

(21) 2544-2320
contato@global.org.br

A P O I O

 FORD FOUNDATION

SIGRID RAUSING TRUST

Pela Valorização das Defensoras de Direitos Humanos

 justiça global | 20 anos

V HOMENAGEM
MARIA DO ESPÍRITO SANTO SILVA



ANA LÚCIA DE OLIVEIRA

Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, do Rio de Janeiro.



AYALA FERREIRA

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Pará.



CACICA CÁTIA TUPINAMBÁ

Líder da Terra Indígena Tupinambá de Belmonte, no sul da Bahia.



DEBORAH SABARÁ

Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade (Gold), do Espírito Santo.



LAURA RAMOS DE AZEVEDO

Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, do Rio de Janeiro.



MARIA TEREZA DOS SANTOS

Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade, Minas Gerais.



ROSÂNGELA ROCHA

Movimento 11 de Dezembro em Santo Antônio de Jesus, Bahia.

ANA LÚCIA DE OLIVEIRA

Ana Lúcia de Oliveira é integrante da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência e mãe de Michel Antônio de Oliveira da Silva, que desapareceu no dia 05 de abril de 2008, na favela da Praia de Ramos, Zona Norte do Rio de Janeiro. Michel era um jovem negro e tinha apenas 20 anos. Dona Ana percorreu delegacias, hospitais e IML's atrás do seu filho, depois de dias, achou o rapaz já morto, que foi identificado através de um chaveiro escrito Jesus. Passados 10 anos do seu assassinato, o caso ainda não foi elucidado. Desde então, Dona Ana se tornou uma incansável militante de direitos humanos. E, hoje, atua em diversos movimentos sociais denunciando as atrocidades perpetradas pelo Estado brasileiro e articulando outras mães que tiveram seus filhos vitimados pela política de extermínio da juventude negra. Para ela, a efetivação da justiça e o direito de ir e vir sem medo, são seus maiores sonhos.

AYALA FERREIRA

Ayala nasceu e cresceu numa região que aprendemos a denominar de fronteira amazônica, território de disputas de projetos e por essa condição, marcado por negação de direitos fundamentais, de desconstrução dos sonhos de ter acesso à terra, a segurança, a educação e a liberdade. Tornou-se militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no início dos anos 2000 – assentada da reforma agrária, formadora e dirigente do Movimento, integra também o seu setor de direitos humanos. Ayala acredita que o maior desafio é enfrentar um modelo hegemônico pelo capital que capturou o estado brasileiro e que impede o diálogo com a sociedade e setores populares do campo para discutir a função social dos grandes latifúndios e a necessidade de avançarmos numa matriz tecnológica de produção agrícola que não dependa de insumos químicos, de agrotóxicos, que não destrua a biodiversidade e tampouco que evite a concentração das sementes e do processo de beneficiamento e comercialização dos alimentos.

CACICA CÁTIA TUPINAMBÁ

Maria do Carmo Querino de Almeida, Cacica Cátia Tupinambá, é líder da Terra Indígena Tupinambá de Belmonte, no sul da Bahia, e luta pelos direitos humanos da população indígena desde o início dos anos 2000. Desde 2005 sofre ameaças de fazendeiros da região por sua atuação contundente em defesa do território e da comunidade. Há 13 anos, o cacique da Terra Indígena Tupinambá de Belmonte foi ameaçado de morte e teve que se afastar da luta. Cátia foi escolhida para substituí-lo, tornando-se Cacica. Em 2017, foi incluída no Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos (PPDDH) devido a ameaças e perseguições – riscos que, desde então, tem aumentado e que atinge também as quase 50 famílias que ali habitam e compõem o povo tupinambá na região.

DEBORAH SABARÁ

Deborah Sabará começou sua militância ainda na adolescência, nas Comunidades Eclesiais de Base, no Município da Serra, no Espírito Santo. Com 17 anos, Deborah começa o seu processo de transição, mas não encontra eco suficiente para as discussões sobre gênero e sexualidade nesse campo de atuação, nem aceitação na família, escola ou comunidade. Entra para a prostituição como única possibilidade de geração de renda e estrutura. É nesse momento em que vive também sua paixão pelo samba e sua trajetória na cultura. Começa a trabalhar em barracões de escola de samba, e em três anos, passa da limpeza ao cargo de coreógrafa de comissão de frente. Premiada diversas vezes, foi ainda a primeira porta-bandeira travesti a desfilar na avenida. Destacou-se, além disso, nas festas juninas: até 1998, travestis não podiam dançar com a vestimenta do seu gênero,

mas neste ano, Deborah é a primeira mulher trans a dançar de vestido na festa popular. Em 2005, o movimento LGBT começa a chamá-la para a luta política, na qual se engaja definitivamente como militante em 2008, tendo estado presente na histórica 1ª conferência LGBT do Brasil, em 2010. É integrante da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), e representa esse movimento no Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, além de ser Presidenta do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Estado do Espírito Santo.

LAURA RAMOS DE AZEVEDO

Laura Ramos de Azevedo integra a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, no Rio de Janeiro. Ela tem 36 anos e desde 2004 luta contra um câncer no pulmão que já atingiu seus ossos e cérebro. Contudo, mesmo diante de tanta adversidade, se mantém de pé para buscar justiça e reparação para seu único filho, Lucas Azevedo Albino, que foi assassinado aos 18 anos numa operação policial, em Costa Barros, Zona Norte do Rio de Janeiro, quando se preparava para viajar com a família para as festas de réveillon. Desde então, Laura passou a investigar por conta própria a participação de PM's na execução de Lucas. Das desventuras da vida negra: Lucas era amigo dos cinco jovens mortos em decorrência do fuzilamento do carro que estavam por policiais do 41º BPMRJ, ele inclusive tinha pedido à mãe para ir ao Parque de Madureira com eles. A negativa salvou a sua vida, mas três anos depois, a violência letal estatal contra a juventude negra voltou a cruzar o seu caminho, dessa vez de forma definitiva. Laura afirma que não vai descansar até conseguir justiça.

MARIA TEREZA DOS SANTOS

Maria Tereza dos Santos atua como defensora de direitos humanos das pessoas privadas de liberdade em Minas Gerais. Iniciou sua luta em 2007, quando, com a prisão de seu filho, teve dificuldades para conseguir visitá-lo. Diante dessa e de outras dificuldades, engajou-se na luta pelos direitos dos presos e tornou-se referência da luta antiprisional em Minas. Dona Tereza, como é conhecida, participou da fundação do Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade, do qual é presidente desde 2007. Também foi conselheira do Conselho da Comunidade da Vara de Execuções Penais da comarca de Belo Horizonte entre 2011 a 2013. Desde 2015, é Vice Presidente do Conselho da Comunidade da Vara de Execuções Penais da comarca de Ribeirão das Neves.

ROSÂNGELA ROCHA

Rosângela Rocha teve como marco do início de sua militância, ainda na adolescência, a luta contra o extermínio de jovens no bairro Irmã Dulce, em Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo baiano. Em 1998, a explosão de uma fábrica de fogos de artifício em Santo Antônio de Jesus, na qual trabalhavam, em sua maioria mulheres negras e crianças, tirou a vida de 64 pessoas e deixou seis feridos. Mais uma vez, o bairro Irmã Dulce, discriminado historicamente na cidade, esteve no centro da questão: grande parte das vítimas era oriunda da comunidade e trabalhava na fábrica em condições precárias. Além de o desastre ter afetado diretamente o local onde Rosa nasceu e sempre viveu, desta vez sua família também foi uma vítima direta, pois três de suas irmãs foram vítimas fatais: Fabiana (14 anos), Adriana (15 anos) e Mônica (22 anos). Assim nasceu o Movimento 11 de Dezembro, do qual Rosa é parte, e cujas principais bandeiras são a responsabilização dos perpetradores da explosão da fábrica de fogos e a reparação das famílias atingidas. Desde 2001 a Justiça Global é parceira do Movimento 11 de Dezembro em ação no âmbito do sistema interamericano de direitos humanos.